

ESTADOS Anos de desmando deixaram leis contestadas no STF e investigações inacabadas sobre corrupção e crime organizado

Herança 'fora da lei' ameaça governo do ES

FERNANDA KRAKOVICS

DA AGÊNCIA FOLHA, EM VITÓRIA

Os novos chefes dos poderes Executivo e Legislativo do Espírito Santo herdaram um Estado "fora da lei", como definiu o governador Paulo Hartung (PSB).

"Dava a impressão de um Estado nacional independente para fazer corrupção, desviar dinheiro público, traficar interesses e criar um ciclo de impunidade", definiu Hartung (leia texto nesta página).

O governador tomou posse em 1º de janeiro. Na semana retrasada, viu o deputado Claudio Vereza (PT), apoiado por ele, ser eleito presidente da Assembleia Legislativa, pondo fim a seis anos de domínio do Legislativo capixaba pelo grupo político ligado ao ex-deputado José Carlos Gratz (PFL).

Apesar de Hartung falar de um Estado "sem lei" como coisa do passado, o Espírito Santo continua às avessas, devido aos efeitos de sucessivos escândalos de corrupção, lavagem de dinheiro, desvios de verbas públicas, licitações fraudulentas e crimes de mando.

Nos últimos anos, sob o comando de Gratz, a Assembleia aprovou várias leis que, na visão do atual governo, invadem a competência do Poder Executivo.

Por isso, desde o início do ano, foram ajuizadas no STF (Supremo Tribunal Federal) sete ações diretas de inconstitucionalidade.

Entre as leis questionadas, estão a que autoriza o pagamento de débitos tributários com precatórios (dívidas já reconhecidas pela Justiça) e a que dá poder de veto à Assembleia na concessão de regimes tributários especiais.

Já os 200 regimes especiais de tributação existentes no Estado estão sendo revistos pelo atual governo. A concessão desses benefícios, como descontos e postergação no recolhimento de ICMS, é envolta em suspeitas de cobrança de propina para a inclusão de empresas nos regimes especiais.

ESPÍRITO SANTO SEM LEI

Veja quatro focos de problemas no Estado nos últimos anos

1



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

→ É acusada pelo Ministério Público Estadual de ser o "suporte jurídico" para o desvio de verbas públicas no Estado enquanto teve o deputado José Carlos Gratz (PFL) na presidência, nos últimos seis anos
→ Funcionaria como um **governo paralelo**, exercendo atribuições do Poder Executivo



2



PODER EXECUTIVO

→ José Ignácio Ferreira (sem partido), que governou o Estado de 1999 a 2002, é acusado de **malversação de dinheiro público**, enriquecimento ilícito, liberação irregular de verbas públicas, condescendência criminoso e crime contra o sistema financeiro em inquéritos no STJ (Superior Tribunal de Justiça)

Dois casos investigados são emblemáticos:

- Supostas irregularidades no processo de licitação do Prodesan (Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos), que recebeu financiamento de U\$154 milhões do Banco Mundial
- Empréstimo

supostamente irregular de R\$ 2,6 milhões obtido no Banestes (Banco do Estado do Espírito Santo) para cobrir dívidas de sua campanha eleitoral para governador, em 1998



Helio Santana/A Gazeta

3



SCUDERIE DETETIVE LE COCQ

→ Fundada como entidade filantrópica, em 1984, com registro em cartório de notas, a **Scuderie tornou-se um esquadrão da morte**, de acordo com investigações policiais e do Ministério Público. De seus quadros fazem parte policiais, advogados, juizes, políticos, empresários, funcionários públicos e banqueiros do jogo do bicho

4



DESORDEM NA MÁQUINA PÚBLICA

→ **A dívida com o funcionalismo é de R\$ 280 milhões**. Os servidores não receberam os salários de novembro e dezembro, nem oito parcelas referentes a 1998. O governador Paulo Hartung (PSB) afirma que assumiu o Estado com R\$ 1,2 bilhão em restos a pagar, sem dinheiro no caixa

CRONOLOGIA

1996 O deputado José Carlos Gratz (PFL) é eleito presidente da Assembleia Legislativa

2000 Relatório final da CPI do Narcotráfico indiciou Gratz como um dos líderes do crime organizado no Estado

2001 A Xerox do Brasil anuncia o fechamento de uma fábrica no Estado devido à cobrança de propina para a liberação de financiamentos retidos
■ É instalada a CPI da Propina na Assembleia
■ É pedido o impeachment do governador José Ignácio Ferreira (PSDB)

2002 O advogado Marcelo Denadai, que denunciava supostas irregularidades em licitação na prefeitura de Vitória, é assassinado
■ A OAB pede a intervenção federal no Estado alegando infiltração do crime organizado nos Poderes estaduais
■ Missão especial de combate ao crime organizado é enviada ao Estado pelo Ministério da Justiça
■ TRE cassa o registro de candidatura de Gratz por abuso de poder econômico

2003 É pedida a prisão preventiva de Gratz e de sete deputados reeleitos. A denúncia é de compra de votos para eleger Gratz presidente da Assembleia, em 2000
■ O deputado Geovani Silva (PTB) é eleito com o apoio de grupo ligado a Gratz
■ TJ anula a eleição da Assembleia
■ O deputado Claudio Vereza (PT) é eleito presidente da Casa com o apoio do governador Paulo Hartung (PSB), adversário político de Gratz

OUTRO LADO

Envolvidos dizem que não houve irregularidades

DA AGÊNCIA FOLHA, EM VITÓRIA

O ex-presidente da Assembleia Legislativa José Carlos Gratz (PFL) atribuiu as acusações contra ele a um "complô" elaborado pelo governador Paulo Hartung (PSB), seu adversário político.

"Ele [Hartung] quer se sobrepor à Assembleia. Só falta agora ser nomeado presidente da Assembleia", disse ele.

Gratz negou irregularidades nas obras de pavimentação de ruas em Vila Velha, que resultaram na cassação de seu registro de candidatura.

"A Assembleia fez um convênio para asfaltar as ruas, não há nada de irregular nisso. Eu nunca fui lá. No dia da inauguração, uma casa colocou uma faixa agradecendo a mim. Que culpa eu tenho nisso?"

O advogado do ex-governador José Ignácio Ferreira (sem partido), Nabor Bulhões, afirmou que o Banco Mundial auditou as obras do Prodesan (Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do Espírito Santo) e não foram encontradas irregularidades.

Bulhões também negou que Ignácio tenha executado uma operação fraudulenta no Banestes.

"Foi uma operação complexa, não irregular." Ainda de acordo com o advogado, Ignácio não pode ser acusado de gestão temerária de instituição financeira porque, apesar de eleito, ainda não tinha sido empossado governador.

A Agência Folha tentou falar com Ignácio, mas foi informada de que ele estaria viajando.

Vale do Rio Doce

A CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) afirmou, por meio de nota, que fez um acordo com o governo do Estado, em 1998, para pagar dívidas de ICMS no montante de R\$ 13 milhões.

Pelo acordo, R\$ 7 milhões seriam pagos por meio de doações de natureza social e outros R\$ 6 milhões em espécie. Em 1998, Gratz já era presidente da Assembleia Legislativa.

"A indicação dos beneficiários das doações foi de única e exclusiva responsabilidade do Estado em razão dos aspectos políticos e necessidades sociais envolvidos", afirma a nota.

A inclusão do município de Sooretama como beneficiário das doações ocorreu com a publicação da lei 6.005 no dia 8 de dezembro de 1999, alterando a lei 5.781 de 22 de dezembro de 1998.

A CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão) afirmou que a doação foi referente a um acordo com o governo do Estado para a antecipação do pagamento de ICMS, que será abatido no futuro. "Uma parte do crédito foi para o governo e a outra parte para a Assembleia, que decidiu o que fazer com o dinheiro", disse o assessor de comunicação Deusdedith Dias. Ele negou que a empresa tenha sido chantageada.

A Aracruz Celulose afirmou que não iria se pronunciar sobre o assunto. A Agência Folha deixou recados para o empreiteiro Vilmar Borges da Silva e o ex-prefeito de Sooretama Esmael Loureiro (PMDB), mas eles não ligaram de volta. (FK)

Promotoria investiga desvio de verbas

DA AGÊNCIA FOLHA, EM VITÓRIA

Inquérito do Ministério Público indica que a Assembléia Legislativa do Espírito Santo funcionava como "suporte jurídico" para o desvio de verbas públicas enquanto teve José Carlos Gratz (PFL) na presidência, segundo o promotor Adriani Ozório.

Uma lei de dezembro de 1999 autorizou que a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) quitasse dívida tributária no valor de R\$ 1 milhão doando o dinheiro para

obras de saneamento no município de Sooretama. Os recursos teriam sido desviados.

A CVRD repassou o dinheiro, mas as obras foram contratadas por meio de convênio entre a Assembléia, a Limaq e a prefeitura.

Na mesma época, segundo o promotor, a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) repassou a mesma quantia também para obras de saneamento na cidade. "As obras foram feitas com o dinheiro da Funasa", disse ele.

De acordo com as investigações,

o dinheiro foi depositado na cooperativa de crédito Siccob.

Depois de ter rendido dividendos, foram transferidos R\$ 515 mil para a conta do empreiteiro Vilmar Borges da Silva. Outros R\$ 500 mil teriam sido sacados por ele na boca do caixa.

O mesmo mecanismo teria sido usado para abater uma dívida tributária da CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão) de R\$ 2,5 milhões. O promotor acredita, porém, que as empresas foram chantageadas. (FK)

Hartung diz que havia 'promiscuidade'

DA AGÊNCIA FOLHA, EM VITÓRIA

Depois de uma eleição em que o debate foi dominado pelo combate ao crime organizado e pelo resgate da auto-estima da população do Estado, desgastada por sucessivos escândalos, o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PSB), 45, disse à **Folha** que assumiu um Estado "fora da lei".

"Dava a impressão de um Estado nacional independente para fazer corrupção, desviar dinheiro público e traficar interesses", afir-

mou. Abaixo, a entrevista.

★

Agência Folha - Qual foi a situação encontrada no Espírito Santo?

Paulo Hartung - Um Estado fora da lei. Existia uma sociedade entre o Executivo e o Legislativo para criar todo o tipo de privilégio, ignorando a Constituição Federal.

Dava a impressão de um Estado nacional independente para fazer corrupção, desviar dinheiro público e traficar interesses.

Agência Folha - A Assembléia era como um governo paralelo?

Hartung - O Executivo e o Legislativo eram parceiros na mesma jornada. Em alguns momentos, eles se confrontaram, mas com um ajuste de posição entre eles.

Agência Folha - De que forma?

Hartung - Era um padrão de relacionamento do tipo você me protege, não me fiscaliza, não vota o impeachment, mas eu deixo você invadir as competências, o Poder que eu represento. A relação antecede o governo José Ignácio e foi se aprofundando até chegar a essa promiscuidade. (FK)